

COLETÂNEA
CORONAVÍRUS
E O IMPACTO NA EDUCAÇÃO
SUPERIOR BRASILEIRA

A relevância da educação superior no combate ao coronavírus

VOLUME 3

EDUX
CONSULTORIA

3

EDUX

CONSULTORIA

**CONSTRUINDO EDUCAÇÃO
SUPERIOR DE QUALIDADE**

WWW.EDUXCONSULT.COM.BR

 **eduxconsult@gmail.com**

 **+55 61 3554-0072**

 SHN Qd. 01, Bl. "F", Entrada "A", Conj. "A"
Edifício Vision Work & Live, Salas 1301-1303
CEP: 70.701-060 - Asa Norte, Brasília/DF



COLETÂNEA
CORONAVÍRUS
E O IMPACTO NA EDUCAÇÃO
SUPERIOR BRASILEIRA

**A relevância da
educação superior no
combate ao coronavírus**

VOLUME 3

EDUX
CONSULTORIA

Edux Consultoria

SHN Qd. 01, Bl. "F", Entrada "A", Conj. "A" – Edifício Vision Work & Live,
Salas 1301, 1302 e 1303

CEP: 70.701-060 – Asa Norte, Brasília/DF

Tel.:(61) 3554-0072 | eduxconsult@gmail.com

www.eduxconsult.com.br

Diretora Executiva

Iara de Xavier

Diretora Técnica

Patrícia A. F. Vilas Boas

Equipe

Ana Karolina Sousa

Bárbara Modesto

Carmem Oliveira

Daniela Torquato

Heverton Carvalho

Isabela Carvalho

Kaio Alves

Laiz Leite

Marco Antonio Rodrigues

Victor Vidal

Organização

Iara de Xavier

Patrícia Vilas Boas

Redação

Patrícia Vilas Boas

Marco Antonio Rodrigues

Marcos Nunes Soares

Edição

Ana Flávia Flôres /

AF2 Comunicação

Projeto gráfico e

diagramação

Gherald George

V697r Vilas Boas, Patrícia

A relevância da educação superior no combate ao coronavírus /
Patrícia Vilas Boas, Marco Antonio Rodrigues, Marcos Nunes
Soares --. Brasília, EDUX Consultoria, 2020.

47p.: il. – (Coletânea Coronavírus e o Impacto na Educação
Superior Brasileira, v. 3)

ISBN: 978-65-990912-3-0

1. Pandemia – Brasil. 2. Educação Superior – Relevância - Brasil.
3. Coronavírus – Combate - Brasil. 4. Saúde - Brasil. I. Título. II.
Rodrigues, Marco Antonio. III. Soares, Marcos Nunes.

CDU 616-036.21:378(81)

SUMÁRIO

Apresentação.....	7
A relevância da educação superior no combate ao coronavírus	9
Cenário da educação superior.....	10
IES: novos tempos, novos hábitos	16
Relevância das IES particulares	25
Considerações finais.....	37

Sobre os autores	43
Bibliografia	45

APRESENTAÇÃO

A pandemia de Covid-19 que se abateu sobre o planeta no primeiro semestre de 2020 ficará para sempre marcada na história da humanidade. Ao que tudo indica, as centenas de milhares de mortes provocadas pela doença, os novos protocolos de higiene e de interação social e as mudanças de hábitos impulsionadas por um contexto de distanciamento social serão marcas deste período de ruptura com práticas e costumes cunhados no século XX. Quiçá com o próprio século XX.

Como isso não é tudo, para além dos impactos sanitários e comportamentais, a disseminação do coronavírus trouxe uma série de desafios nas mais distintas esferas da sociedade: econômica, social, cultural, entre outras.

No âmbito da educação, os desdobramentos também foram muitos. A suspensão das aulas presenciais; a urgência na formulação de alternativas remotas para evitar a perda do ano ou do semestre letivo; os debates regulatórios em torno da validação de novas metodologias educacionais; e os desafios referentes à inclusão digital de docentes e discentes são algumas das adversidades que precisaram ser enfrentadas em um curto espaço de tempo.

Trata-se, portanto, de um momento que demanda profundas reflexões não apenas sobre os impactos da Covid-19, mas, também, sobre os seus desdobramentos.

Com o objetivo de contribuir para essas reflexões e seus encaminhamentos no universo da educação superior, a EDUX CONSULTORIA disponibiliza a coletânea *Coronavírus e o Impacto na Educação Superior Brasileira*. Elaborado a partir de referenciais teóricos e regulatórios, todo o conteúdo foi construído por especialistas que há anos atuam no acompanhamento, no monitoramento e na formulação de políticas públicas para a área.

Nesse sentido, este terceiro volume discute a relevância da educação superior no combate ao novo coronavírus e o papel das universidades, centros universitários e faculdades, em especial as particulares, que não apenas se organizaram para garantir a continuidade das aulas, mas se firmaram como agentes estratégicos no enfrentamento à Covid-19.

Importante lembrar que temas igualmente relevantes foram abordados nos dois volumes anteriores. No volume 2 são apresentadas as mudanças regulatórias implementadas para adequar a oferta da educação superior ao contexto de distanciamento social. Já o volume 1 apresenta a contextualização da face interdisciplinar do vírus, sua chegada ao país e as reflexões e oportunidades que estão postas para a humanidade.

É certo que, assim como os impactos, as incertezas são muitas. O mundo passa por grandes rupturas e pelo estabelecimento de novos paradigmas. No setor educacional o cenário não é diferente. Por isso, mais do que nunca, informação de qualidade é essencial para o processo de tomada de decisão das instituições de educação superior.

Boa leitura!

A relevância da educação superior no combate ao coronavírus

A pandemia que afetou o mundo neste início de 2020, ocasionada pela rápida proliferação do novo coronavírus (Sars-Cov-2), causador da Covid-19 (*coronavirus disease 2019*), tem gerado grande repercussão na sociedade de forma geral, especialmente nos níveis social, político e econômico.

Novos hábitos, novos costumes e novos conceitos estão sendo construídos ao longo desses meses em que o mundo se encontra em estado de distanciamento e de isolamento social, atendendo a orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS) e, especificamente no Brasil, dos órgãos reguladores da saúde nos níveis federal, estadual, municipal e distrital.



A situação se caracteriza como uma grande crise e, como tal, é uma ocasião potencialmente geradora de mudanças. As crises nos impõem a necessidade de lidar com ameaças, desafios, enfrentamento de problemas, busca de soluções para questões que nos são colocadas e ressignificação de práticas estabelecidas.

No âmbito educacional, a chegada do novo coronavírus afetou todos os níveis de ensino, da creche à educação superior. Os impactos foram percebidos pela comunidade em geral, por gestores de instituições, professores, alunos e suas famílias, nas mais diversas formas, indo da alteração da rotina diária à impossibilidade de fazer frente ao custeio de mensalidades escolares.

O propósito principal da abordagem aqui apresentada é caracterizar a relevância da educação superior no combate ao novo coronavírus, conferindo destaque ao papel que as instituições de educação superior (IES) particulares assumiram tanto na manutenção do calendário letivo quanto na implementação de ações, projetos e iniciativas de enfrentamento à pandemia.

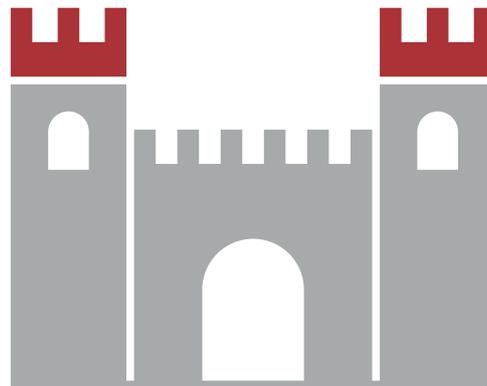
CENÁRIO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A educação superior tem desempenhado papel absolutamente estratégico nas ações de enfrentamento ao novo coronavírus no Brasil. E isso não apenas pela participação urgente e preponderante dos formados em medicina e demais profissionais da saúde no combate ao vírus, com destaque para a enfermagem, fisioterapia e farmácia, mas também pela necessária reconstrução das bases do nosso convívio social, dramaticamente afetado pela pandemia.



“Distanciamento social”, recomendam leigos e especialistas, é a estratégia mais eficaz para evitar o contágio pela Covid-19, como se o distanciamento social não fosse um dos males ocultos na raiz desse mal evidente. O distanciamento que se pretende manter é físico, evitando a proximidade e o contato entre as pessoas. Nesse processo de isolamento físico, é imprescindível manter o contato social, vide o importante papel desempenhado pelas redes sociais na manutenção e no fortalecimento de nossos laços sociais, profissionais e afetivos.

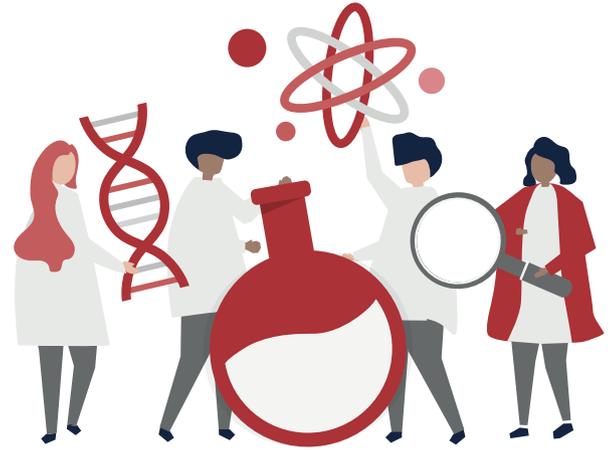
A dependência tecnológica é tanta que nos faz especular sobre como teria sido a reação à pandemia em um contexto que não dispusesse das redes sociais como hoje as conhecemos. Algo como o que ocorreu durante a “peste negra”, na Idade Média, ou a “gripe espanhola”, há mais ou menos um século, quando tudo ainda era restrito ao contato físico e direto, bem distinto do mundo conectado que temos hoje.



O cenário é, pois, de incerteza e insegurança, algo que, além das redes sociais, é mitigado também pelos meios de comunicação de massa, principalmente a televisão. Pesquisa realizada pela empresa **Kantar Ibope Media** assinala que, na busca por informação sobre o novo coronavírus, a televisão aparece como o meio de comunicação mais confiável para 77% da população. Além disso, o tempo dedicado a cada programação, já nos primeiros dias das medidas de isolamento, mudou: o gênero jornalístico cresceu 26% na semana de 16 a 20 de março em comparação com a primeira semana do mês (VOGEL, 2020).

Atuação estratégica

Na educação superior, as instituições de educação se valem da tecnologia para formar os profissionais que hoje atuam no enfrentamento ao coronavírus. Na área de saúde, são diversas as formações e especialidades envolvidas nos trabalhos de laboratórios, clínicas e hospitais. Medicina, enfermagem, farmácia, nutrição, fisioterapia, psicologia, gerontologia, biomedicina e saúde coletiva são apenas algumas das formações de nível superior na área, cujos profissionais enfrentam o duplo desafio de atender aos infectados e manter o atendimento dos casos cotidianos.



Outros profissionais graduados em nível superior, como engenheiros, químicos, físicos, matemáticos, historiadores, filósofos e sociólogos também guardam relação, mais ou menos direta, com as ações de combate à pandemia de coronavírus.

É claro que os chamados “serviços essenciais” não se restringem a graduados, sendo exercidos condignamente por profissionais de todos os níveis de formação e experiência, porém, geralmente coordenados e supervisionados por profissionais de nível superior.



Criatividade, tecnologia, colaboração, comunicação, saúde e ensino. Nada caminha nesses dias sem esses insumos e sem os profissionais com graduação, o que fundamenta o papel estratégico da educação superior no enfrentamento desta ou de qualquer outra ameaça à vida e, especialmente, à vida em comum, em sociedade, como hoje se evidencia.

Um desafio, entretanto, se apresenta às instituições de educação superior: como entidades necessariamente sociais, coletivas, elas sofrem impactos severos ao serem impedidas de fazer o que sabem, tendo de se reinventar em meio à crise.

Novas regras para tempos difíceis

No contexto do novo coronavírus, a educação superior teve suas regras temporárias estabelecidas principalmente por duas portarias e uma medida provisória. A Portaria nº 343 (alterada pela Portaria nº 345, de 19 de março de 2020) autorizou, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais em andamento por aulas que utilizem as tecnologias da informação e comunicação (TICs).

Alternativas como suspensão das atividades acadêmicas presenciais e alteração do calendário de férias também foram oferecidas pela Portaria nº 343/2020, que teve seu prazo de validade prorrogado pela **Portaria nº 473**, de 12 de maio de 2020.

Já a **Medida Provisória (MP) nº 934**, de 1º de abril de 2020, dispensou as instituições de educação superior, em caráter excepcional, da obrigatoriedade de observância do mínimo de dias de efetivo trabalho acadêmico no ano de 2020, mantendo, entretanto, as exigências referentes à carga horária dos cursos. A MP traz também regras para a abreviação da duração dos cursos de medicina, farmácia, enfermagem e fisioterapia, aplicáveis ao ano letivo corrente.





Em 28 de abril de 2020, o Conselho Pleno (CP) do Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou, por unanimidade, o **Parecer CNE/CP Nº 5/2020**, que trata da reorganização do calendário escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual. O parecer, homologado parcialmente pelo ministro da Educação em 29 de maio, chegou em um momento no qual muitas das suas recomendações já vinham sendo adotadas, principalmente pelas instituições particulares. Entre as orientações do CNE, podemos destacar:

- substituição de disciplinas presenciais por aulas não presenciais;
- substituição de atividades presenciais relacionadas à avaliação, processo seletivo, trabalho de conclusão de curso (TCC) e aulas de laboratório por atividades não presenciais;
- regulamentação das atividades complementares, de extensão e do TCC;
- adoção de atividades não presenciais para práticas e estágios, especialmente nos cursos de licenciatura e formação de professores;
- adoção da oferta na modalidade a distância ou não presencial para as disciplinas teórico-cognitivas dos cursos da área de saúde, independentemente do período em que são ofertadas;
- adoção do regime domiciliar para alunos que testarem positivo ou que sejam do grupo de risco;
- capacitação de docentes para o aprendizado a distância ou não presencial;
- implementação de teletrabalho para professores e colaboradores;
- realização de atividades *on-line* síncronas ou assíncronas, de acordo com a disponibilidade tecnológica;

- realização de testes *on-line* ou por meio de material impresso entregue ao final do período de suspensão das aulas; e
- utilização de mídias sociais de longo alcance (WhatsApp, Facebook, Instagram etc.) para estimular e orientar os estudos e projetos.

O texto, além de conferir mais segurança regulatória às instituições de educação superior, traz considerações importantes, por exemplo, quanto à ociosidade em relação ao preenchimento de vagas dos cursos na modalidade a distância (EAD), assinalando que “em 2018 foram abertas 7.170.567 vagas para cursos superiores em EaD e apenas 19% foram preenchidas”. Tal capacidade ociosa, antes fragilidade, agora funciona como “reserva técnica” para o atendimento aos alunos dos cursos presenciais. Na visão do Parecer:



De todo modo, os dados do censo demonstram a expertise e a maturidade da Educação a Distância em cursos superiores. Essa realidade facilita o cumprimento das Portarias MEC os 343/2020 e 345/2020 e nos convidam ao entendimento e proposição de um largo uso dessa modalidade como forma de continuidade das atividades de ensino e aprendizado. Nos convida, inclusive, a reinterpretar os limites de aulas e outras atividades acadêmicas que podem ser ofertadas a distância. Muitas das mais de 2.500 Instituições de Educação Superior do país já possuíam tecnologias digitais de informação e comunicação, capazes de ofertar, em sistemas AVA e outras plataformas tecnológicas de EaD, cursos superiores, no nível de especialização e, agora, Mestrados.

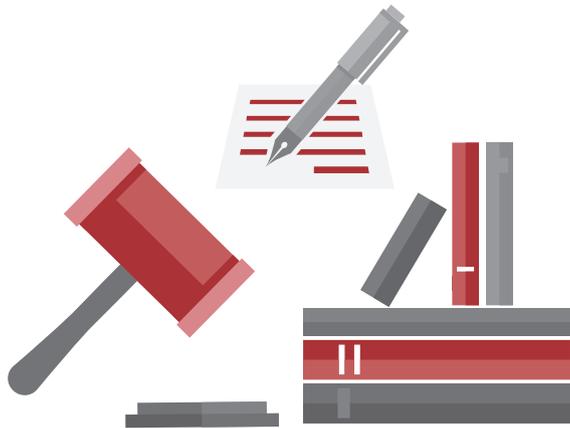
Outra contribuição relevante do Parecer CNE/CP N° 5/2020 diz respeito à distinção entre educação a distância propriamente dita, modalidade regulamentada por um conjunto de exigências específicas para o credenciamento e autorização de oferta pelas instituições, e a realização de

atividades pedagógicas não presenciais¹ enquanto persistirem restrições para a presença dos estudantes nas instituições de ensino.

IES: NOVOS TEMPOS, NOVOS HÁBITOS

Existe um debate nas ciências sociais sobre se a verdade e a qualidade das instituições de uma dada sociedade se conhecem melhor em situações de normalidade, de funcionamento corrente, ou em situações excepcionais, de crise. Talvez os dois tipos de situação sejam igualmente indutores de conhecimento, mas certamente que nos permitem conhecer ou relevar coisas diferentes. Que potenciais conhecimentos decorrem da pandemia do coronavírus? (SANTOS, 2020)

A citação de Boaventura de Sousa Santos nos sugere uma reflexão sobre o comportamento das instituições de educação superior nesse período de pandemia, que afetou de maneira abrupta o modelo de ensino convencional e os aprendizados decorrentes desse processo.



No volume II desta coletânea, intitulado *Coronavírus e as mudanças regulatórias na educação superior*, foi possível observar que o poder público adotou inúmeras medidas que afetaram diretamente o funcionamento das IES durante o período pandêmico.

A profusão de normas publicadas pelo MEC tornou complexa a visão do contexto geral. As alterações frequentes em atos governamentais que acabavam de ser publicados agravaram a situação, de modo

¹ Especialistas têm proposto o uso da terminologia Ensino Remoto Emergencial - ERE (TOMAZINHO, 2020), em analogia ao termo em inglês *Emergency Remote Teaching* para caracterizar uma “mudança temporária da oferta instrucional para um modo de oferta alternativo devido a circunstâncias de crise” (HODGES, 2020).

que os gestores das IES particulares tiveram que rapidamente buscar apoio junto às associações representativas (**Fórum, ABMES, Abrafi, Semesp, Anaceu, ABED** etc.) e, os mais privilegiados, de consultorias especializadas para um melhor entendimento do que estava surgindo. Em meio a tantas incertezas e riscos, não havia espaço para cometer infrações regulatórias.

Nesse cenário, emergiu um conjunto expressivo de ferramentas de geração e tráfego de informações, como os *webinars* (seminários *on-line* em vídeo, gravados ou ao vivo) e as *lives* (transmissões ao vivo de áudio e vídeo pela internet, geralmente por meio de mídias sociais como Instagram, YouTube e Facebook).



Com o auxílio dessas ferramentas, personalidades da área, como presidentes de associações representativas, conselheiros do CNE, ex-ministros e secretários, consultores e advogados, compartilharam publicamente entendimentos, trocaram experiências e divulgaram iniciativas que foram de grande contribuição para o setor, especialmente durante a chamada “primeira onda” dos impactos do coronavírus.



As *lives* e *webinars* possibilitaram a atores diversos da educação superior o esclarecimento de dúvidas sobre as novas legislações; a troca de informações sobre a migração digital das aulas presenciais; plataformas e uso de ferramentas para o ensino remoto; capacitação de professores para atuação no novo cenário; estratégias de manutenção e captação de alunos; meios para mitigação dos impactos econômicos (desistência e inadimplência); alterações para adequação dos processos de avaliação, dos currículos e de vários outros aspectos do cotidiano acadêmico e/ou de gestão das IES.

Também ganharam espaço a disseminação de experiências e resultados de pesquisas; a edição de publicações; e a realização de debates sobre cenários prospectivos para a educação superior pós-pandemia, com diversos enfoques (tecnológico, financeiro, pedagógico, publicitário etc.). Em síntese, foram discutidos todos os possíveis desafios e oportunidades decorrentes da pandemia, de forma ampla e gratuita².

Tais iniciativas revelaram não apenas o valor da comunicação, da criatividade e da cooperação para o fortalecimento do setor, mas, sobretudo, demonstraram o esforço das IES particulares e das associações representativas na busca por soluções rápidas e criativas que pudessem garantir a continuidade da oferta da educação superior aos seus 6,3 milhões de estudantes.

Vale registrar que a maioria das instituições privadas optou pela manutenção do calendário letivo com a adoção do ensino remoto mediado pelas tecnologias da informação e comunicação (TICs), enquanto na rede federal mais de 80% das instituições decidiram pela interrupção das atividades presenciais e pela suspensão do calendário letivo, estabelecendo um período de recesso com a previsão da reposição das disciplinas presenciais após a fase mais crítica da pandemia.



² Não há, até o momento, qualquer pesquisa sobre o quantitativo de *lives* ou *webinars* realizados no âmbito da educação superior durante a quarentena. Contudo, para se ter uma ideia de como tais ferramentas tiveram seu uso intensificado, apresentamos alguns dados publicados pela Revista Exame, em 23 de abril de 2020. Segundo a matéria intitulada “**Na quarentena, o mundo virou uma live**”, as buscas por conteúdo ao vivo já tinham crescido 4.900% no Brasil, com cerca de 3,5 bilhões de minutos de conteúdos transmitidos ao vivo, por dia, pelo YouTube, apenas no final do mês de março.

Foco em comum, atuação distinta

Em geral, instituições de educação superior particulares e públicas se mobilizaram em ações de enfrentamento à Covid-19, mas em frentes distintas.

A plataforma que monitora o funcionamento e as principais ações das universidades, dos institutos federais, dos centros federais de educação tecnológica (CEFETs) e do Colégio Pedro II durante a pandemia registra uma série de ações no contexto das IFES, entre as quais se destacam a fabricação de equipamentos de proteção individual, a produção de álcool em gel, serviços de aconselhamento e/ou apoio psicológico, capacitação de profissionais e a produção de materiais educativos.



No âmbito das instituições particulares, para além dos esforços para garantir a manutenção da oferta das aulas, são diversos os relatos disponíveis na internet sobre as medidas adotadas para adaptação ao contexto de exceção, bem como de ações em prol da contenção do coronavírus em diversas esferas, entre as quais podemos citar:

- garantia de acesso à internet móvel por meio da distribuição de chips para alunos de cursos presenciais;
- propostas de negociações financeiras personalizadas, em apoio aos estudantes e familiares com dificuldades de manutenção dos pagamentos das mensalidades;
- oferta de treinamentos e capacitações para a migração de aulas presenciais para aulas remotas, engajando equipes docente, técnica e administrativa das IES na capacitação dos que não estavam habituados com o uso de tecnologias;

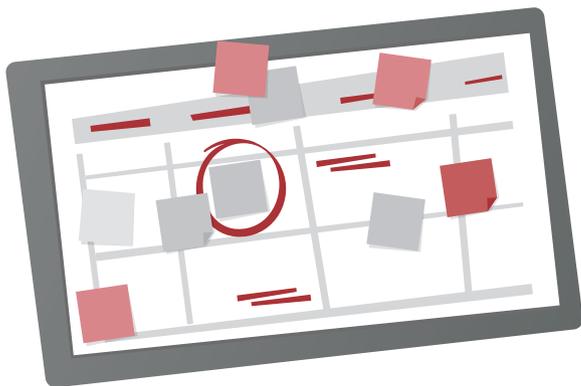


- doação de equipamentos, materiais e testes para atendimento à população;
- cessão de instalações para a realização atendimentos e adoção de medidas de combate à pandemia, inclusive de leitos em hospitais-escolas;
- produção e distribuição de materiais, tais como máscaras e álcool em gel, para doação à população e profissionais da saúde;
- orientações de utilidade pública por meio da divulgação de conteúdos de interesse nas mídias digitais e realização de *lives* sobre temas relevantes; e
- oferta gratuita de serviços de apoio psicológico .



Novo olhar para e EAD e as TICs

A corrida pela migração digital, embora tensa para grande parte das IES durante o início do período pandêmico, trouxe novos olhares e percepções sobre a educação a distância e o uso das TICs nos processos de ensino-aprendizagem. Até mesmo o MEC viu-se obrigado a flexibilizar os percentuais de EAD em cursos presenciais durante a pandemia e, com o apoio do CNE, tem refletido sobre mudanças estruturais na legislação que rege a oferta da educação superior nessa modalidade.



O fato é que a situação de isolamento físico demonstrou a necessidade de uma nova organização de tempo e espaço para o processo de ensino e aprendizagem. Instituições, professores e estudantes não são mais os mesmos. A concepção de sala de aula também foi alterada.

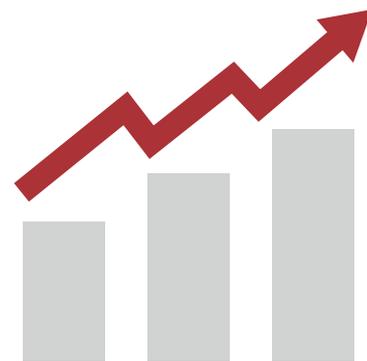
O saldo positivo da intensificação do uso da EAD e das TICs durante a pandemia é muito maior do que o núme-

ro de alunos que puderam continuar estudando. Surgiram novos paradigmas culturais, comportamentais e tecnológicos que deixam marcas profundas na educação superior e, certamente, impulsionam mudanças significativas de toda a comunidade acadêmica.

A revisão de currículos e metodologias de ensino já foi iniciada. As IES precisam reafirmar seu compromisso social com a formação ética, humana e tecnológica dos seus estudantes estabelecendo com as TICs uma relação de colaboração e cumplicidade, extraindo todo o seu potencial na mediação pedagógica, e garantindo uma formação cada vez mais adequada às novas demandas sociais e profissionais do século XXI.

Planejamento e antecipação

Nos primeiros meses de pandemia, ficou evidente que as IES que encararam os desafios e não se renderam ao contexto de insegurança característico do período tiveram melhores resultados. De igual modo, também se saíram melhor os estados que não ficaram inertes frente à ameaça da Covid-19 e adotaram logo no início as políticas de isolamento e contenção da propagação do vírus recomendadas pela comunidade científica. As situações citadas, embora distintas, evidenciam que uma atitude rápida pode representar a diferença entre continuar vivendo ou ser extinto. Isso se aplica aos negócios e à vida.



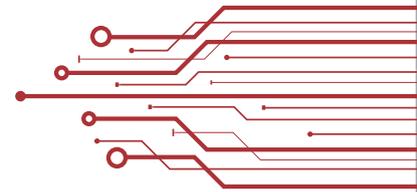
Trata-se, no caso, da capacidade de antecipação, geralmente expressa em ações de planejamento. A ruptura dos modelos tradicionais há muito se propagava no âmbito da educação superior, mas parecia não ter encontrado a devida ressonância junto às IES a ponto de estimulá-las a se planejem para a oferta de uma nova educação.

Na [Revista Estudos Digital](#), publicada pela Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) em maio de 2020, os autores destacam que é fundamental que a educação

superior trilhe novos rumos e supere o descompasso existente entre a formação hoje oferecida nas IES e aquela almejada pelos estudantes. Eles também mencionam:

Apegar-se ao modelo atual (tradicional) significa não apenas estagnação, mas risco real de extinção. É necessário compreender que ao sistema educacional está imposta uma nova perspectiva, que demanda grandes rompimentos, em múltiplas direções. É preciso flexibilidade e compromisso para repensar modelos, paradigmas, crenças e valores. Trata-se de um momento no qual desafios e oportunidades de mudança caminham lado a lado. (ESTUDOS, 2020)

A crise gerada pela pandemia deixou claro que as instituições que se planejaram e investiram antecipadamente em tecnologia estavam mais aptas a enfrentar os desafios do isolamento.



As que já possuíam credenciamento para oferta a distância usufruíam do benefício de ter familiaridade com a modalidade, possuir ambientes virtuais de aprendizagem (AVA), professores capacitados e produção de conteúdo apropriados para este tipo de oferta. Assim, puderam desfrutar de uma transição mais amena e ágil junto aos estudantes dos cursos presenciais.



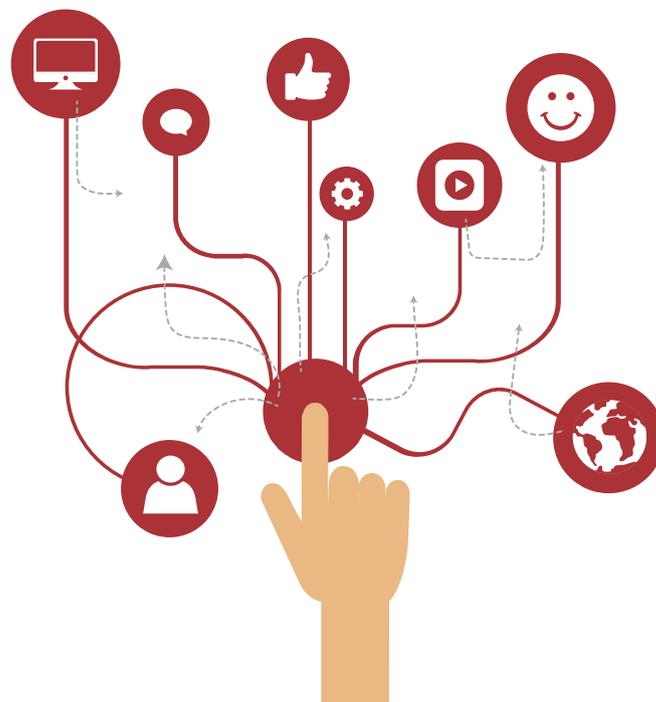
Nesse quesito, os dados do Censo da Educação Superior 2018 evidenciam o papel estratégico das IES particulares. Do total de 7.170.567 vagas ofertadas na modalidade a distância naquele ano, 7.057.393 (98,4%) estavam no âmbito das instituições privadas.

Os impactos negativos também foram menores nas IES que:

- souberam tirar proveito do que já tinham pronto quando a crise surgiu e produzir o que ainda não tinham, se reinventando;
- mantiveram ativa a comunicação e a interação com os diferentes segmentos de sua comunidade;

- acompanharam de perto as decisões e medidas dos órgãos governamentais das diferentes instâncias;
- demonstraram firmeza na definição dos passos seguintes ao primeiro dia de adoção da quarentena, transmitindo segurança a pais, alunos, professores e colaboradores;
- tinham investido na formação de seus professores e puderam, durante a crise, usufruir dos conhecimentos e experiências de seus docentes no desempenho de tarefas emergenciais;
- buscaram alternativas para atender às necessidades financeiras dos estudantes, oferecendo, inclusive, planos personalizados para reduzir ou prorrogar o pagamento das mensalidades; e
- zelaram pela saúde física e mental de sua comunidade.

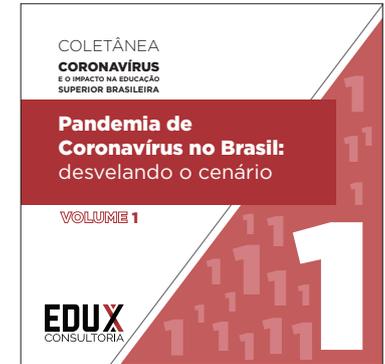
Nesse conjunto, destaca-se a importância da comunicação e da interação ativa entre os diferentes segmentos da comunidade acadêmica. Por exemplo, instituições que conseguiram dar um retorno rápido aos estudantes, demonstrando empenho na tentativa de buscar soluções eficientes para o retorno às aulas, informando-os sobre as iniciativas adotadas e, quando possível, envolvendo-os nas escolhas e decisões, se beneficiaram com o clima de confiança. Isso foi essencial para reduzir parte significativa da tensão dos momentos iniciais da pandemia, especialmente nas tentativas de migração digital das aulas e conteúdos.



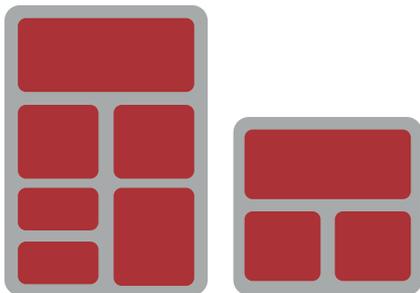
De igual modo, as IES que apresentaram soluções individualizadas para casos de estudantes que sofreram impactos financeiros decorrentes da pandemia e se encontram em dificuldade para realizar o pagamento das mensalidades, tais como a concessão de descontos ou a dilatação de prazos, conseguiram minimizar significativamente a inadimplência e a evasão³.

Adapta-te ou pereça

Como já amplamente discutido no primeiro volume desta coletânea, vivemos em um Mundo VUCA (volátil, incerto, complexo e ambíguo) e a situação pandêmica só o agrava. É necessário saber se reinventar diante dos desafios e, especialmente, ter agilidade para se adaptar frente aos cenários inesperados. Sabemos que esta não é uma tarefa fácil, mas a história da humanidade testemunha que somos capazes.



Em administração, o conceito de adaptabilidade, embora inspirado no evolucionismo darwinista, guarda apenas uma relação analógica com a chamada Teoria da Evolução das Espécies. Recorrendo a um dicionário especializado, encontramos as seguintes definições para o termo: (1) Capacidade pessoal de adaptação a determinadas ou diferentes situações. (2) Processo de ajuste e adequação para convivência em situações diversas às experimentadas (DUARTE, 2015).



Portanto, a adaptabilidade consiste no pronto enfrentamento de uma situação inesperada, resultando em novo estado de normalidade e controle de situação. Tal controle não poderá ignorar, entretanto, a natureza e a motivação dessa necessidade de adaptação, sob o risco de ter de enfrentá-la novamente de tempos em tempos. É o caso evidente e notório que hoje abrange as discussões sobre o “novo normal”. Pessoas, organizações,

³ De modo geral, o setor privado defende e executa a negociação personalizada, caso a caso, por entender que não é justo fixar um percentual comum para situações distintas.

nações mobilizam-se para o enfrentamento de uma situação que não sabem exatamente qual será, o que gera ansiedade e insegurança.

Enquanto se multiplicam na internet as teorias a respeito do que será esse “novo normal”, a própria realidade dos países e regiões, em seus diferentes estágios de enfrentamento à pandemia, vai dando pistas de como será a adaptação da oferta da educação superior pós-Covid-19.

O momento é, para as instituições de educação superior, de reflexão e adaptação. No retorno às atividades presenciais, não bastará a simples transplantação de soluções de um contexto para o outro. Será preciso rever currículos, assim como a própria missão e valores da IES.

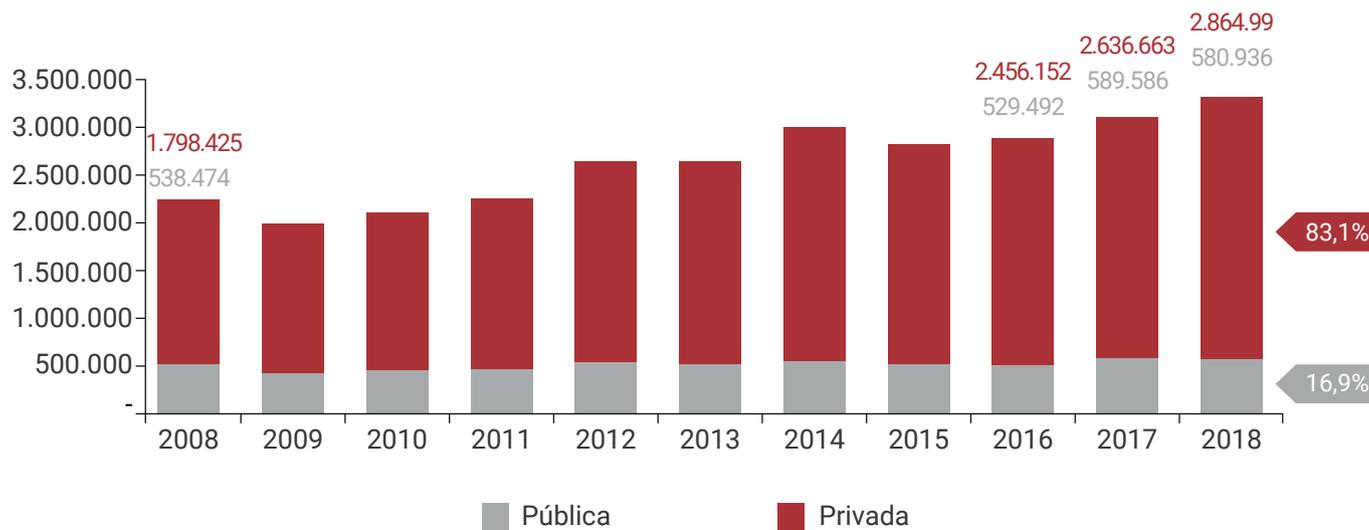
Ressalta-se que a adaptabilidade deve vir sempre acompanhada de propósito, engajamento e compromisso. Só assim ajudará a encontrar soluções criativas e efetivas, e permitir um reposicionamento adequado frente às mudanças inesperadas. E, para que aconteça, é preciso rever papéis e posturas dos agentes da comunidade acadêmica, como gestores, professores e estudantes.



RELEVÂNCIA DAS IES PARTICULARES

Para além do que já foi apresentado, a importância das instituições de educação superior da rede privada pode ser ainda demonstrada em termos numéricos. No gráfico abaixo é possível observar a evolução do número de alunos que ingressaram em cursos de graduação no decênio 2008-2018:

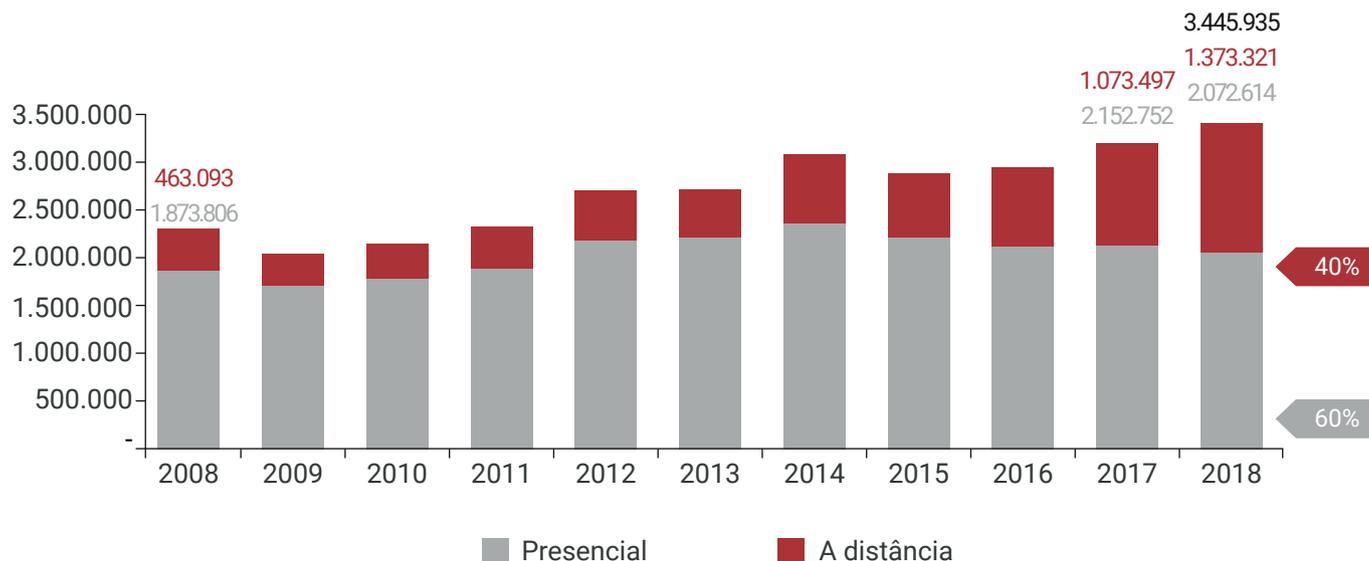
Número de ingressos em cursos de graduação, por categoria administrativa - Brasil - 2008-2018



Fonte: MEC/Inep; *Censo da Educação Superior 2018: notas estatísticas*.

A rede privada respondeu por mais de 80% dos ingressos no ensino superior em 2018, tendo, portanto, papel estruturante na formação profissional especializada. Também é a responsável pela oferta da maioria de cursos superiores na modalidade EAD, como já mencionado, respondendo diretamente pelo crescimento do número de ingressos nos últimos três anos:

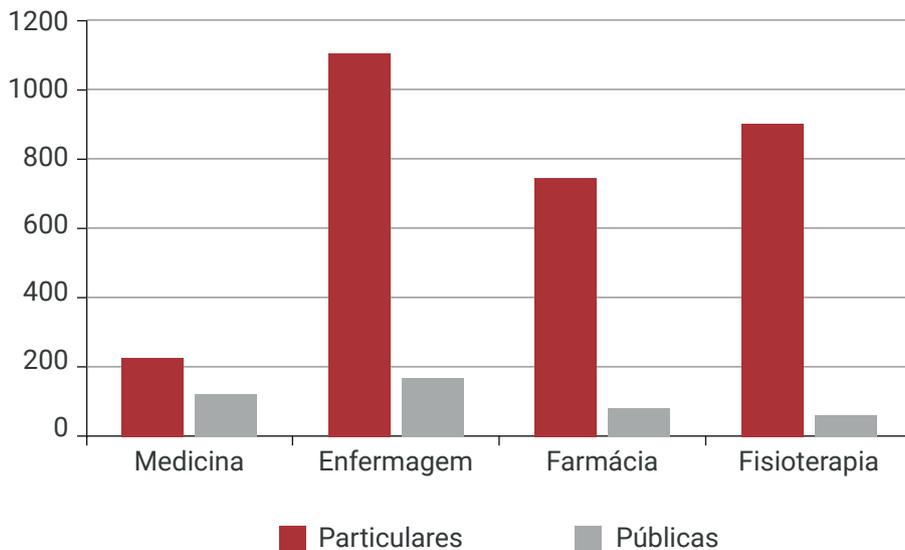
Número de ingressos em cursos de graduação, por modalidade de ensino - Brasil – 2008-2018



Fonte: MEC/Inep; *Censo da Educação Superior 2018: notas estatísticas*.

Se abordamos, a título ilustrativo, o quantitativo de cursos e vagas nas principais especialidades da área de saúde, temos a dimensão da importância da atuação das instituições particulares na formação dos médicos, enfermeiros, farmacêuticos e fisioterapeutas que hoje atuam no combate ao novo coronavírus. O sistema e-MEC, base de dados oficial sobre cursos e instituições de educação superior, registra os seguintes dados sobre cursos ativos no país:

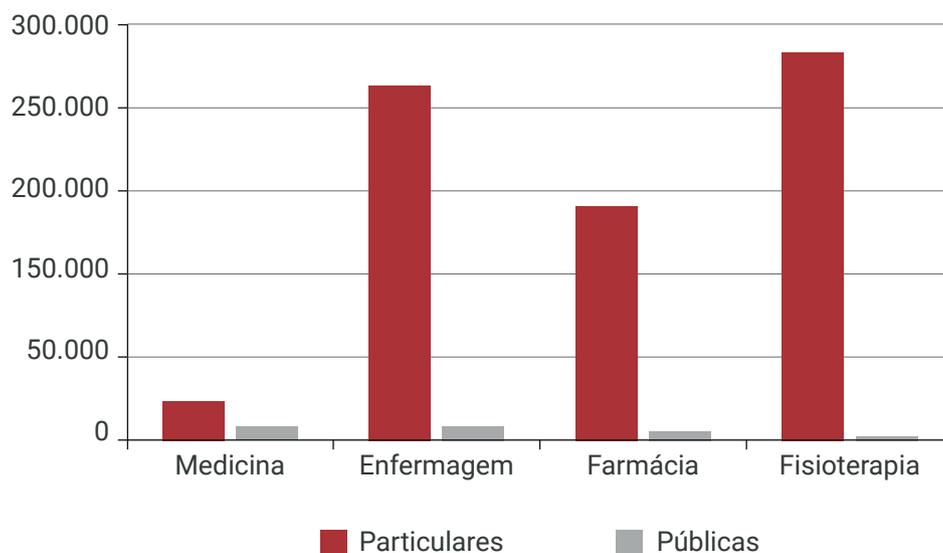
Cursos autorizados em atividade



Fonte: Sistema e-MEC

Em relação às vagas disponibilizadas nessas mesmas especialidades, a disparidade entre os setores é ainda mais evidente, revelando um maior potencial de atendimento nas instituições particulares de ensino superior:

Vagas autorizadas



Fonte: Sistema e-MEC

Ainda em relação a aspectos quantitativos, no Brasil, o principal referencial para políticas públicas educacionais é o Plano Nacional da Educação (PNE), aprovado pela **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. O documento determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de 2014 a 2024 e tem diretrizes para educação superior expressas pelas metas 12 e 13:

Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

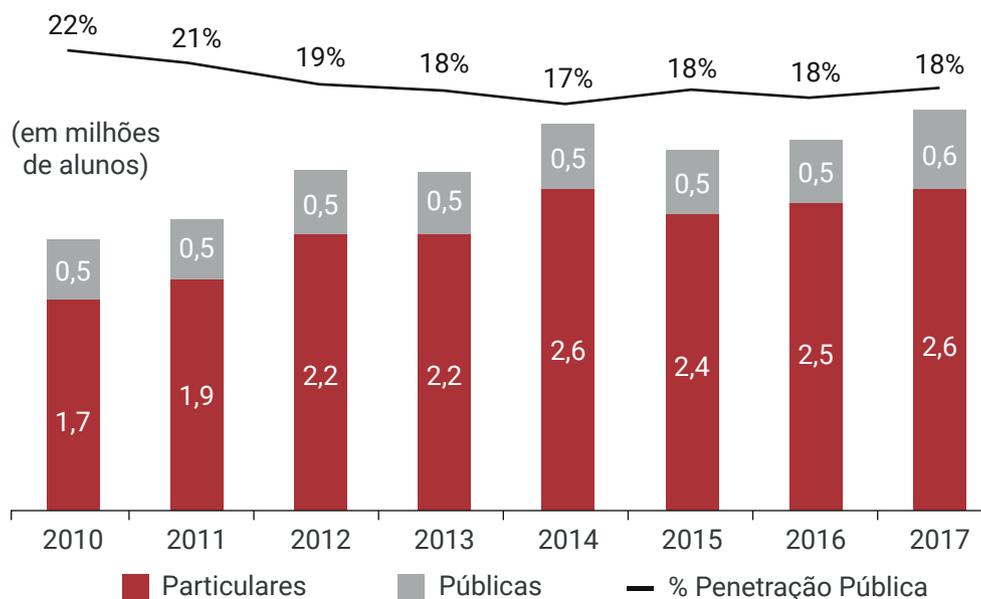
Meta 13: elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

Cada meta se desdobra em um conjunto de estratégias, a maioria delas focadas no ensino público, porém, com impactos significativos no setor particular. A Meta 12 expressa objetivos casados entre a expansão das matrículas e a participação do setor público em “pelo menos” 40% das novas matrículas.

A Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), em parceria com a empresa de estudos educacionais Educa Insights, analisou a perspectiva de alcance dos objetivos expressos por essa meta, tendo como base o período 2010-2017.

O levantamento verificou a redução das taxas de penetração das IES públicas ao longo dos anos, evidenciando a relevância das instituições particulares de educação superior para o acesso à graduação, bem como para a expansão dos indicadores previstos na Meta 12 do PNE.

Ingressantes em IES Públicas e Particulares



Fonte: Inep/MEC – Censo da Educação Superior 2010 a 2017.

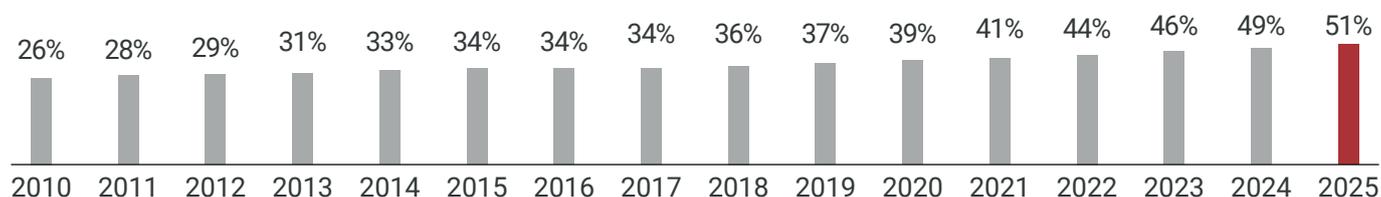
Contudo, diante do contexto histórico de grande desigualdade social existente no país, da grave crise econômica dos últimos anos e da incapacidade de atendimento da demanda nas instituições públicas, o acesso de parcela significativa dos estudantes à graduação em instituições particulares depende, fundamentalmente, de políticas públicas como o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Universidade para Todos (ProUni).

Com essas iniciativas fortalecidas, até 2014 o país vinha apresentando elevados índices de inclusão na educação superior, o que garantiu ao período de 2010 a 2017 um crescimento médio anual de 3,8% para a taxa bruta de matrículas e de 4% para a taxa líquida.

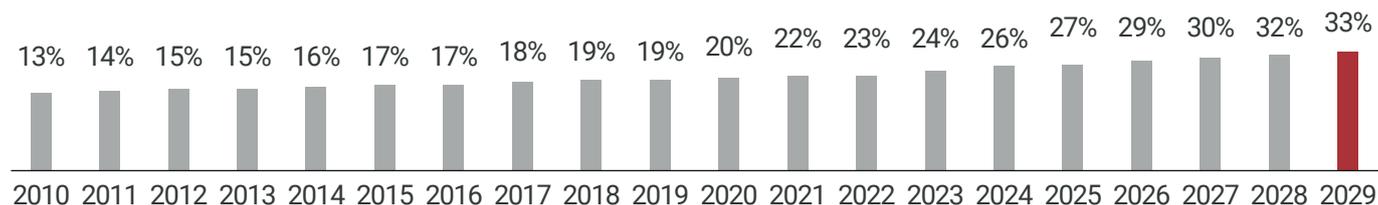
Ainda que esse não fosse o cenário ideal para o atingimento das metas estabelecidas pelo PNE para este nível educacional, já que, assim mantido, a taxa bruta seria atingida em 2025 e a taxa líquida em 2029, o horizonte ficou bem mais nebuloso após os cortes drásticos promovidos pelo governo federal, a partir de 2015, no programa de financiamento estudantil.

Projeção: considerando o CAGR 10-17

Taxa Bruta para 50% (CAGR 10-17 = 3,8%)



Taxa Líquida para 33% (CAGR 10-17 = 4,0%)



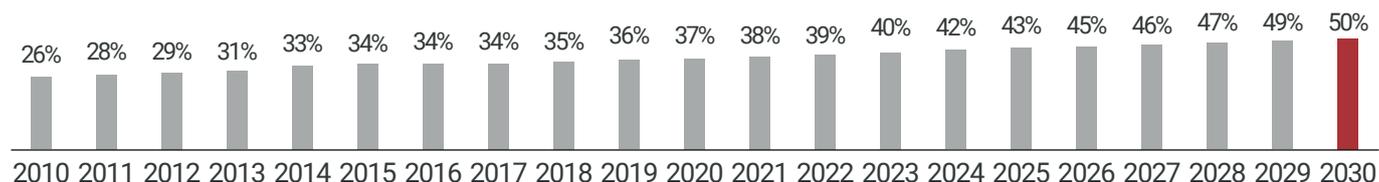
Fonte: ABMES e Educa Insights.

Nesse novo cenário, a projeção realizada pela ABMES e pela Educa Insights verificou que entre 2015 e 2017 o crescimento médio anual da taxa bruta foi de 1,6% e o da taxa líquida de 2,3%. Mantidos esses números, o levantamento estima para 2030 o atingimento da taxa bruta e para 2037 o da taxa líquida. Assim, o compromisso assumido pelo país de ter, em 2024, matrículas totais equivalentes a 50% da população com idades entre 18 e 24 anos e 33% dos estudantes com idades entre 18 e 24 anos vai ficando cada vez mais distante.

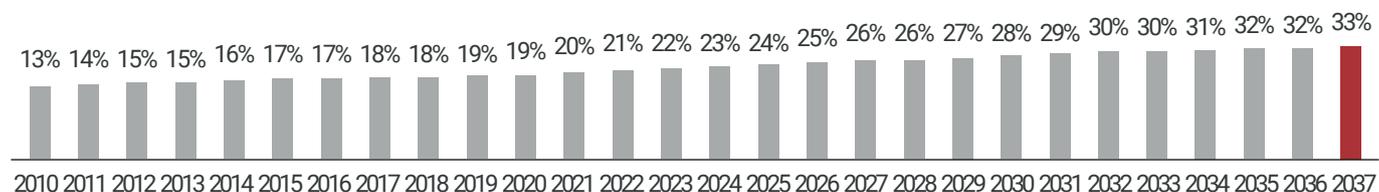
Embora os dados refiram-se pontualmente ao Plano Nacional de Educação, nunca é demais lembrar que, para além do atingimento de metas numéricas, a inclusão de estudantes na formação superior resulta na multiplicação de mão-de-obra qualificada no mercado de trabalho. Em situações como a vivenciada pela pandemia de Covid-19, a carência de profissionais preparados para atuar em postos que demandam especialização técnica atingiu novos patamares. Se antes o problema era essencialmente econômico e social, agora ele representa um marcador decisivo na sobrevivência, ou não, de milhares de pessoas.

Projeção: considerando o CAGR 15-17

Taxa Bruta para 50% (CAGR 15-17 = 1,6%)



Taxa Líquida para 33% (CAGR 15-17 = 2,3%)



Fonte: ABMES e Educa Insights.

Impactos sobre os estudantes

Tratar da situação das instituições de educação superior no contexto da pandemia do novo coronavírus sem abordar os impactos sofridos pelos estudantes seria deixar de lado a principal motivação de toda a estrutura de ensino superior: os alunos, futuros profissionais especialistas, pesquisadores e cientistas.



É evidente que a comunidade institucional como um todo sofre os impactos da pandemia: professores, colaboradores e demais integrantes de uma instituição de ensino também estão sujeitos aos transtornos materiais e psicológicos que afligem parte dos estudantes. No entanto, é entre estes que tais transtornos tendem a se tornar mais graves, dada a dependência econômica e a imaturidade emocional a que muitos estão sujeitos.

Mesmo entre os estudantes, os impactos são diversos e percebidos de forma distinta em relação a cada público da educação superior: alunos de instituições públicas e privadas; de cursos diurnos e noturnos; e, ainda, de cursos presenciais ou a distância.

A primeira questão posta em evidência se refere ao fato de que nem todos os alunos possuem igual acesso a computadores e à internet, ferramentas que lhes possibilitam realizar suas atividades acadêmicas. Além disso, é necessário lembrar que a existência dos recursos em si não garante a conectividade e as condições ergométricas necessárias para o adequado acompanhamento dos cursos.

Outro aspecto relevante sobre os impactos ocasionados pelo coronavírus é o emocional. A mudança brusca de rotina imposta pela suspensão ou reorganização das atividades acadêmicas pode aguçá-los quadros de transtornos psicológicos, como ansiedade e depressão. Ao não mais desenvolver suas atividades no ambiente físico da IES, é possível que surjam problemas tais como a desorganização do tempo, a ociosidade e a procrastinação, que são fatores altamente geradores de ansiedade.

Por fim, cabe tratar do aspecto econômico, diretamente relacionado aos dois anteriores, determinante para o equilíbrio material e psicológico do estudante. Sem os recursos necessários para pagar mensalidades ou investir na estrutura necessária para seus estudos, o aluno fica à beira da desistência e da frustração de seus projetos de futuro.





Segundo a **PNAD Contínua**, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) durante o primeiro trimestre de 2020, o desemprego aumentou em todas as regiões do Brasil nesse período, exatamente quando se começou a sentir os efeitos da chegada do novo coronavírus ao país. A falta de emprego impacta diretamente no pagamento das mensalidades.

Pesquisa realizada ABMES, por meio da empresa Educa Insights, sobre o que **pensam os alunos** da educação superior sobre os impactos da Covid-19, traz informações importantes:

- 60% dos participantes tiveram o emprego diretamente afetado e os responsáveis pelo pagamento das mensalidades de outros 17% também tiveram;
- em relação à mensalidade do mês de abril, 86% dos participantes conseguiram realizar o pagamento, sendo que 47% pagaram dentro do prazo de vencimento e 39% com atraso. 7% pretendiam pagar até o final de abril e 8% não sabiam quando iriam pagar;
- em relação à capacidade de pagamento das mensalidades futuras, apenas 4% responderam não terem problemas para continuar pagando. 39% não conseguem estimar, mas acreditam que terão problemas para seguir pagando. 40% conseguirão manter o pagamento por até 3 meses, 12% por até 6 meses e 5% por até 12 meses; e
- mesmo assim, há uma intenção positiva por parte dos alunos no sentido de continuar estudando (mais de 90% dos participantes). Entretanto, para que isso ocorra, é preciso que as IES os auxiliem nesse momento.

Certamente, existem muitas outras variáveis decorrentes dos impactos financeiros provocados pela pandemia na vida dos estudantes. Fator que possui importância significativa e que também pode desencadear transtornos emocionais é a sensação de incerteza e insegurança que o momento atual provoca nos alunos.

Nesse sentido, as IES podem desempenhar um papel de grande importância e oferecerem suporte aos alunos por meio de programas e políticas nas áreas social, psicológica e financeira, buscando minimizar os efeitos negativos decorrentes da crise ocasionada pela Covid-19 e evitar o alto índice de evasão. Trata-se de refletir sobre qual foi o legado deixado pela pandemia.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há como ser efetivamente conclusivo com algo que ainda está em curso, com desdobramentos ainda imprevisíveis. Sabemos, entretanto, que, uma vez controlada a pandemia e com a retomada possível da atividade econômica, momentos críticos de natureza recessiva virão. Uma estrutura de serviços distinta da que hoje atua sem descanso será demandada, especialmente das instituições de educação superior.



Na abordagem realizada, vimos a relevância da educação superior na formação de profissionais para o combate à pandemia, como os setores privado e público reagiram frente às medidas emergenciais tomadas pelo governo federal, e o posicionamento adotado por esses setores perante tais medidas. Também abordamos os principais im-

pactos a que estão sujeitos os estudantes de nível superior em meio às políticas de isolamento.

Destaca-se, nesse conjunto, a relevância e a responsabilidade social que as IES particulares tiveram frente ao enfrentamento da crise, mostrando-se mais ágeis e hábeis na busca por soluções dos problemas, encontrando alternativas como a oferta remota das aulas e apresentando alternativas personalizadas de refinanciamento das mensalidades, por exemplo.

Além dos investimentos financeiros nas tecnologias de informação e comunicação, foi preciso quebrar paradigmas, investir no desenvolvimento de novas competências, se adaptar às novas formas de planejar, trabalhar, gerir, ensinar, aprender e interagir para que a continuidade da oferta da educação superior fosse possível.

Tantas mudanças trouxeram muitos aprendizados. Entendemos ser uma ocasião oportuna para refletir sobre este momento ímpar da educação superior, que deixou em evidência a necessidade de transformações que há muito estão sendo anunciadas para o setor, como a revisão dos currículos, dos papéis dos atores (gestores, professores e estudantes), bem como a incorporação das TICs nos processos de ensino e aprendizagem.



Sob a égide da Era Digital, a sociedade contemporânea, ainda impõe muitos desafios à educação superior. Talvez o principal deles seja a inclusão de um número maior de pessoas a esse nível de educação tão importante para a autonomia, conscientização e desenvolvimento humano. Além disso, a inclusão de estudantes na formação superior resulta na multiplicação de mão-de-obra qualificada no mercado de trabalho, maior produtividade, inovação, desenvolvimento social, econômico e tecnológico do país.



Outro desafio diz respeito aos padrões de qualidade da educação superior. Segundo **relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)**, baseado em pesquisa do McKinsey Global Institute, quase 70% dos gerentes no Brasil relataram dificuldades no preenchimento de vagas, e os motivos relatados são falta de habilidades técnicas, falta de experiência profissional e número insuficiente de candidatos (OCDE/2018 p.41). Entre os países parceiros da OCDE, o Brasil apresenta um dos piores resultados nesse quesito.

Para os especialistas que produziram o relatório, educação de qualidade é a educação que é adequada ao propósito. Portanto, os resultados da aprendizagem devem atender às necessidades dos alunos e da sociedade, e as IES devem saber mesclar amplitude e profundidade dos conhecimentos com desenvolvimento de habilidades.

Uma boa educação deve estabelecer objetivos de aprendizagem intencionados e coerentes com o nível certo de complexidade para o público a que se destina, e contar com um ambiente de aprendizagem adequado para alcance dos resultados esperados. Ademais, é necessário professores capacitados, métodos e recursos de ensino inovadores, e a oferta de oportunidades para que os alunos possam adquirir experiência prática .



* * *

Ano de 2025, um novo vírus, uma nova pandemia ameaça a humanidade em seu longo trajeto. Não se trata de uma praga respiratória ou de males transmissíveis entre humanos, na verdade nem se trata de uma enfermidade humana. Desta feita, o vírus devastador afeta a rede internet e os sistemas de armazenamento, reduzindo as telas de microcomputadores, smartphones e demais dispositivos a uma infinita e solitária escuridão.

Não se sabe exatamente como, sob a ação de qual inimigo ou ameaça, perdemos toda informação digital construída durante décadas. Cientistas, hackers e profissionais de TI debruçam-se sobre o problema, tentando entender o que e como aconteceu. Enquanto isso, o mundo até então digital vai ao desespero ao ver todo um império reduzido a nada. As nações, imersas em inédita incomunicabilidade, buscam recuperar o que restou de sua memória impressa, seus arquivos mortos, agora redivivos.

Passado o desespero inicial, as sociedades procuram se adaptar ao “novo normal”. As pessoas em geral tentam retomar suas atividades, suas posses materiais, já que suas contas bancárias também desapareceram. Será longo o período de adaptação, até que sejam retomadas atividades antes essenciais, como a educação que, à época da catástrofe, fazia largo uso de sofisticadas tecnologias da informação e da comunicação.

Todo o conhecimento e conteúdo produzido e apresentado nas plataformas on-line também se perdeu na escuridão, acarretando uma corrida desordenada às modestas instalações físicas das instituições de ensino. As bibliotecas que ainda conservavam parte de seu acervo físico, insuficientes para o atendimento à vasta comunidade, tornaram-se referência para os estudos. A partir dali, o livro físico e o ensino presencial ditariam de novo as regras, pelo menos até que o mundo virtual reconstruísse as suas bases.

* * *

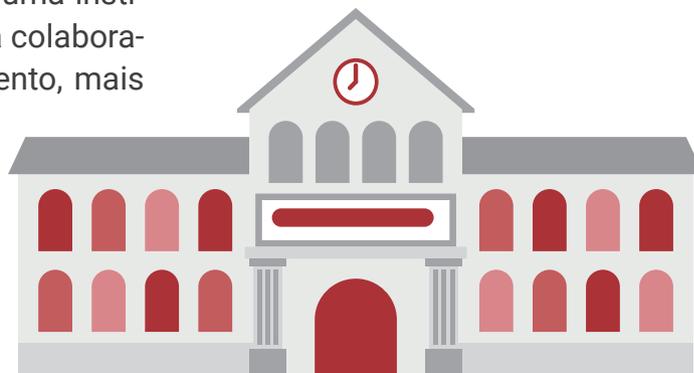
O exercício de ficção serve apenas para ilustrar a arbitrariedade e imprevisibilidade das catástrofes a que a humanidade pode estar sujeita, cada qual afetando a realidade de uma maneira específica. E exigindo também medidas específicas para o controle das perdas. “As pandemias são reais e devemos começar a nos preparar para a próxima pandemia”, alerta o prêmio Nobel de Economia Robert Shiller em [entrevista à BBC News](#).

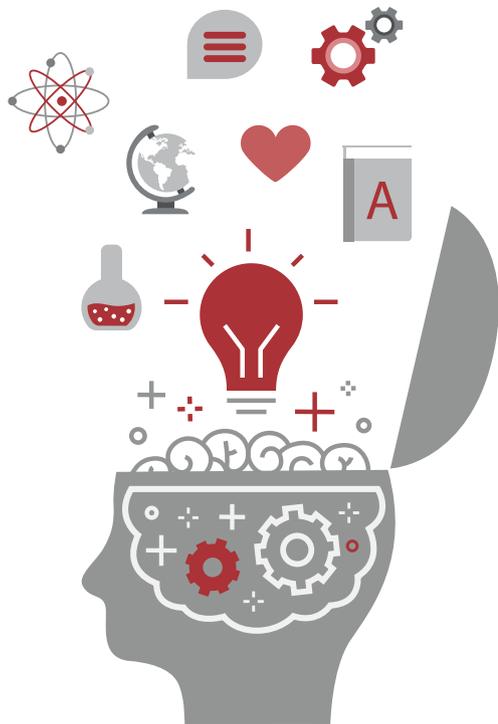


No contexto atual, vimos que as ações governamentais no controle à pandemia do novo coronavírus motivaram ações por parte de todos os envolvidos e que, no campo da educação superior, foram registradas ações de ensino, pesquisa e apoio à população. Cada uma dessas ações, cada etapa das iniciativas aqui tratadas envolveu o trabalho de profissionais formados em nível superior.

São eles os responsáveis principais pelo controle e combate ao coronavírus. São eles os agentes capazes de confortar as pessoas em suas perdas. São eles os profissionais capazes de, em dias, erigir complexas estruturas de atendimento à população infectada. São eles os gestores que planejam e implementam as melhores estratégias de redução de danos e de retomada das atividades. São eles que garantem a manutenção de serviços de saúde e educação em contexto excepcional. São eles os protagonistas da mudança de paradigma educacional que está em curso.

É importante notar que a função e atuação de uma instituição de educação superior se faz por meio da colaboração da comunidade acadêmica ativa no momento, mais os egressos de seus cursos, que se somam ano a ano ao mercado de trabalho. A relevância da formação de nível superior, que se faz evidente em suas diversas frentes de atuação, será evidente em contexto de normalidade ou em contexto de exceção.





Às IES compete preparar ética, científica e profissionalmente a juventude para o atendimento à população em várias de suas carências e a proposição de caminhos em tempos de crise, ou não.

Embora o momento seja de incerteza e indefinição, pode-se dizer que pelo menos as IES não partem do zero para o cumprimento da sua missão. Fora o conhecimento e a ciência acumulados em seu histórico de atuação, contam agora com a experiência de reação e enfrentamento à pandemia, a ser incorporada à sua cultura.

SOBRE OS AUTORES



Patrícia Vilas Boas

Mestre em Educação pela Universidade de Brasília (UnB), pós-graduada em Políticas Públicas Sociais pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e em Educação a Distância pela UnB. Diretora técnica da Edux Consultoria. Atuou no Ministério da Educação (MEC) como coordenadora-geral de Articulações Institucionais (Sesu), diretora de Regulação da Educação Superior (Seres), diretora de Programas da Secretaria Executiva, entre outras funções.



Marco Antonio Rodrigues

Doutor em Literatura pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Literatura Brasileira pela Universidade de São Paulo (USP). Especialista em Políticas Públicas da Educação pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Consultor da EDUX Consultoria. Atuou na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) como analista em Ciência e Tecnologia e no Ministério da Educação (MEC) como analista processual da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres), entre outras funções.



Marcos Nunes Soares

Doutorando em Ciências Sociais na Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (Flacso), sede Argentina. Servidor do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), onde exerceu a função de chefe de gabinete da Presidência. Também exerceu a função de coordenador de Especialização da Escola Nacional de Administração Pública (Enap).

BIBLIOGRAFIA

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP N° 5, de 28 de abril de 2020. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Parecer homologado parcialmente Cf. Despacho do Ministro, publicado no D.O.U. de 1º/6/2020, Seção 1, Pág. 32.

BRASIL, Medida Provisória nº 934, de 1º de abril de 2020. Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Publicada em 01/04/2020.

BRASIL, Ministério da Educação. Portaria MEC nº 343, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Publicada em 18/03/2020.

BRASIL, Ministério da Educação. Portaria nº 345, de 19 de março de 2020. Altera a Portaria MEC nº 343, de 17 de março de 2020. Publicada em 19/03/2020.

BRASIL, Ministério da Educação. Portaria nº 473, de 12 de maio de 2020. Prorroga o prazo previsto no § 1º do art. 1º da Portaria nº 343, de 17 de março de 2020. Publicada em 13/05/2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Superior 2018: divulgação dos resultados. Brasília, 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Superior 2018: notas estatísticas. Brasília, 2019. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/censo_da_educacao_superior_2018-notas_estatisticas.pdf> Acesso em 10/05/2020.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Publicada em 26/06/2014.

DUARTE, Geraldo. Dicionário de Administração. Petrópolis: KBR, 2015.

ESTUDOS: Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior. Currículos Inovadores: oportunidade para as IES diante da revolução pós-digital. Ano 32, nº 44. Brasília: ABMES Editora, 2020. Disponível em <<https://abmes.org.br/editora/categoria/39>> Acesso em 10/05/2020

HODGES, Charles et all. “*The Difference Between Emergency Remote Teaching and Online Learning*”. In: *Educase Review*. March 27, 2020. Disponível em <<https://er.educause.edu/articles/2020/3/the-difference-between-emergency-remote-teaching-and-online-learning#fn1>>

Revista Exame, 23 de abril de 2020. “Na quarentena, o mundo virou uma live”. Disponível em <<https://exame.com/revista-exame/o-mundo-e-uma-live/>> Acesso em: 10/05/2020.

RICARTE Marcos Antônio Chaves; VERDE, Antonio Augusto Góes Lima. “Estratégias emergenciais adotadas pelas instituições de ensino superior brasileiras frente a pandemia do covid-19” (Apresentação). S/l, 2020. Disponível em: <http://abed.org.br/arquivos/Apresentacao_Estrategias_das_IES_frente_a_suspensao_das_aulas.pdf> Acesso em 26/05/2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. “Vírus: tudo o que é sólido se desfaz no ar”. In: Sul 21. 19/03/2020. Disponível em <<https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2020/03/virus-tudo-o-que-e-solido-se-desfaz-no-ar-por-boaventura-de-sousa-santos/>> Acesso em: 24/05/2020.

TOMAZINHO, Paulo. “Ensino Remoto Emergencial: A Oportunidade da Escola Criar, Experimentar, Inovar e se Reinventar.” Disponível em <<https://medium.com/@paulotomazinho/ensino-remoto-emergencial-a-oportunidade-da-escola-criar-experimentar-inovar-e-se-reinventar-6667ba55dacc>> Acesso em 27/05/2020.

VOGEL, Melissa. A TV em tempos da Covid-19: Impactos e mudanças no comportamento da sociedade. Disponível em: <<https://www.meioemensagem.com.br/home/opiniao/2020/04/02/a-tv-em-tempos-da-covid-19.html>> Acesso em: 10/05/2020.

EDUX

CONSULTORIA

 WWW.EDUXCONSULT.COM.BR

 eduxconsult@gmail.com

 +55 61 3554-0072

 SHN Qd. 01, Bl. "F", Entrada "A", Conj. "A"
Edifício Vision Work & Live, Salas 1301-1303
CEP: 70.701-060 - Asa Norte, Brasília/DF

